



Leia o texto abaixo para responder às questões 1 e 2.

### **Investimentos brasileiros no exterior**

#### **As mudanças na legislação tributária internacional e o que o empresário deve fazer para evitar prejuízos**

Os investimentos diretos realizados por brasileiros no exterior têm aumentado muito nos últimos anos. Em 2011, somaram US\$202,6 bilhões, com crescimento de 7,4% em relação ao ano anterior, conforme pesquisa divulgada em abril de 2012 pelo Banco Central. Com o aumento de negócios em outros países, as empresas que atuam internacionalmente devem redobrar os cuidados, incluindo em seus procedimentos de governança tributária a análise de mudanças de cenário em nível global, uma vez que estão sempre sujeitas às novas regras e decisões estrangeiras. Desde o início de 2012, muitos países têm reforçado os seus mecanismos de proteção contra a elisão fiscal, com o objetivo de combater práticas abusivas ou artificiais de planejamento tributário. Tais medidas podem ser observadas em países como França, Reino Unido, Estados Unidos e Alemanha e certamente geram grande impacto nos investimentos realizados nesses países por empresas brasileiras. As empresas ou empresários que possuam operações internacionais devem estar atentos para evitar surpresas, como o excessivo aumento do ônus fiscal ou a imposição de multas e penalidades, que poderiam ser evitados não fosse o desconhecimento da legislação local. Entre as mudanças mais significativas no cenário global, é possível destacar a nova normatização francesa que determina que os administradores de *trusts*, sejam eles nativos ou estrangeiros, deverão se submeter às regras de declaração anual de bens colocados em *trust* ao fisco francês, sempre que o proprietário, beneficiário ou os bens em si estejam localizados no país. Mesmo que somente os bens e direitos estejam na França, o administrador estrangeiro (truste) que desconhece a lei local poderá ser multado em 5% sobre o total do valor de mercado de tais bens em *trust*. Também em processo de reforma das normatizações fiscais, o Reino Unido adotou uma postura de maior preocupação com os lucros desviados de forma artificial para fora do país e, para coibir planejamentos tributários baseados em esquemas artificiais e forçados para alcançar um resultado tributário abusivo, o país introduziu nova Norma Geral Antielisiva no final de 2011. Acompanhando a tendência europeia, o governo norte-americano propôs a redução da alíquota do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, com o intuito de atribuir maior competitividade ao país no atual cenário de crise internacional. A proposta de reforma fiscal nos Estados Unidos visa a limitar a dedução de despesas das empresas, além de regras de extensão do prazo de depreciação de bens. Apesar de benéficas a alguns setores, as medidas afetarão outros como os de produtos elétricos, computadores, eletrônicos e equipamentos de transporte. As atuais mudanças, analisadas e debatidas recentemente por especialistas em evento na Áustria, “Tax Planning Strategies US and Europe”, promovido conjuntamente pela *American Bar Association – Tax Section, International Fiscal Association – Us Branch, International Bar Association* e *ITI – Institute for Association Taxation*, do qual tive a oportunidade de participar, demonstram que os países estão adotando posturas mais firmes para combater as práticas ilegais, visando ao menor recolhimento de tributos. É fundamental aos empresários brasileiros estarem preparados para essas e outras situações, recorrendo ao auxílio de profissionais técnicos especializados na área da tributação internacional, habilitados a fazer o acompanhamento periódico da legislação de outros países, identificando as mudanças e antecipando as ações, para não gerar prejuízos nos negócios.

Letícia Mary Fernandes do Amaral. Advogada tributarista nacional e internacional; diretora do Instituto de Governança Tributária – IGTAX; vice-presidente do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário – IBPT; sócia da Amaral & Advogados Associados; coordenadora de livros e coautora de artigos jurídicos e estudos sobre a carga tributária brasileira. Adaptado.

1. De acordo com o texto, é correto afirmar que
- (A) se trata de um relato da autora, haja vista sua participação no evento “Tax planning Strategies US and Europe”, tendo uma postura imparcial em todo o texto.
  - (B) o trecho “[...] do qual tive a oportunidade de participar, demonstram que os países estão adotando posturas mais firmes para combater as práticas ilegais [...]”, demonstra que o texto foi feito na forma narrativa, já que está em primeira pessoa, formando uma relação de anterioridade e posterioridade.
  - (C) se trata de um texto expositivo-argumentativo, pois a autora defende uma ideia, apresentando informações que a comprovam, como no trecho “[...] é possível destacar a nova normatização francesa que determina que os administradores de *trusts* [...]”.
  - (D) se trata de um texto descritivo, demonstrado, por exemplo, no trecho “[...] produtos elétricos, computadores, eletrônicos e equipamentos de transporte.”.
  - (E) se trata de um texto prescritivo, já que a autora impõe, coercitivamente, uma solução para os fatos apresentados por ela.
2. Em relação ao texto, analise as assertivas abaixo.
- I. Em “As empresas ou empresários, que possuam operações internacionais, devem estar atentos para evitar surpresas.”, retirando-se as vírgulas, preserva-se o sentido da frase.
  - II. Reescrevendo o trecho “Apesar de benéficas a alguns setores, as medidas afetarão outros como os de produtos elétricos, computadores, eletrônicos e equipamentos de transporte” para “Posto que benéficas a alguns setores, as medidas afetarão outros como os produtos elétricos, computadores, eletrônicos e equipamentos de transporte.”, o sentido da frase é alterado.
  - III. Nas frases: “**Desde o início de 2012**, muitos países têm reforçado os seus mecanismos de proteção contra a elisão fiscal” e “**Quando o inverno chegar**, eu quero estar junto a ti.”, os termos destacados exercem a mesma função sintática.
- De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa, é correto o que se afirma em
- (A) I, II e III.
  - (B) II e III, apenas.
  - (C) I e II, apenas.
  - (D) II, apenas.
  - (E) III, apenas.
3. Quanto à ortografia, assinale a alternativa correta.
- (A) O poeta estava às voltas com suas elocubrações.
  - (B) É preciso coragem para enfrentar as vicissitudes da existência humana.
  - (C) O soldado, na formatura, foi homenageado por sua ombridade.
  - (D) Os policiais trabalharam intensamente para conter a richa entre as torcidas organizadas.
  - (E) Na sala, jazia o corpo enxarcado de sangue.
4. De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa e em relação à ocorrência ou não de crase, assinale a alternativa correta.
- (A) Não vou assistir à nenhuma apresentação porque estou exausta.
  - (B) Iremos a casa dos meus tios no sábado pela manhã.
  - (C) Vou a Campinas para tratar de negócios.
  - (D) Ele deu o prêmio à uma moça simples e honesta.
  - (E) Nada disse à ela depois da briga que tivemos ontem.

5. Em relação à acentuação, assinale a alternativa correta.
- (A) A mulher denunciou o marido alcólatra que a espancava.
  - (B) A idosa que caiu no trem não estava se segurando no baláustre.
  - (C) O menino estava avído por chegar ao parque de diversões.
  - (D) Todos ficaram estupefatos diante de tantos vitupérios.
  - (E) O homem foi detido devido à pesca ilegal de pacús.
6. Em relação à colocação pronominal e de acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa, assinale a alternativa correta.
- (A) Dispusemo-nos a ajudar a família enlutada no que fosse preciso.
  - (B) Não coloco-me à disposição porque não estarei na empresa amanhã.
  - (C) Me tratou mal desde o primeiro momento, mas não tenho mágoas.
  - (D) Há muitas diferenças entre eu e você.
  - (E) É importante ressaltar que deve-se elaborar uma ata com todos os apontamentos discutidos em reunião.
7. De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa e quanto à concordância verbal, assinale a alternativa correta.
- (A) Fui eu que pagou as contas de luz do mês passado.
  - (B) Maria ou Eduardo serão o correspondente da imprensa naquele país.
  - (C) Foi momentos horríveis dos quais não gosto de me lembrar.
  - (D) Deverão haver mais encontros de ex-alunos nas escolas estaduais.
  - (E) Eram 23 de março quando deixei a cidade maravilhosa rumo à cidade de São Paulo.
8. De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa, no que concerne à concordância nominal, assinale a alternativa **incorreta**.
- (A) Fizeram bastantes questionamentos acerca do novo sistema implantado na empresa.
  - (B) Declaro ter recebido incluso a carta de recomendação do candidato à vaga de vigilante.
  - (C) Nós fazíamos trabalhos os mais detalhados possíveis.
  - (D) É necessária uma boa preparação para acertar as questões da prova deste cargo.
  - (E) Eles mesmos organizaram a festa de formatura.
9. Quanto aos verbos, assinale a alternativa correta.
- (A) Durante a especulação, a testemunha manteu sua palavra.
  - (B) Eu intermedio a situação para que os dois lados cheguem a um consenso.
  - (C) Haviam muitas pessoas fora do estádio de futebol, pois estavam sem ingresso.
  - (D) Atualmente, ir ao Egito não é de seu agrado, mas se fosse adolescente, ele quereria.
  - (E) Se ele intervisse, todos ficariam mais tranquilos.

10. Em relação à regência verbal e de acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa, assinale a alternativa **incorreta**.
- (A) A palestrante precisou a hora de sua chegada ao evento.
  - (B) Não se esquecia dos amigos nem da família; era um exemplo de mulher.
  - (C) Pelos serviços prestados, nós pagamos o vigilante e a faxineira.
  - (D) Presidiram ao júri duas mulheres e três homens.
  - (E) Visávamos a um pouco de sossego com essa viagem.
11. Quanto à ortografia e de acordo com o contexto, assinale a alternativa correta.
- (A) A Diretoria reconheceu os esforços do gerente de departamento e seu trabalho foi exalçado.
  - (B) Impedido de ir à excursão, o filho chorou e não quis mais ir à escola.
  - (C) Este profissional tem larga experiência; é esperto em xilogravura.
  - (D) A sala era modesta: no canto, uma mesa de madeira; as cortinas eram de renda e as cadeiras eram alcochoadas.
  - (E) Aquele motorista incalto provocou o acidente que matou a equipe de vôlei da cidade.
12. De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa, no que concerne à ocorrência ou não de crase, assinale a alternativa correta.
- (A) Durante a perseguição, fiquei face à face com o marginal.
  - (B) A certa altura, todos os alunos saíram da sala sem saber as notas das provas finais.
  - (C) Não gostaria de me referir à esta senhora com desrespeito, mas estou ficando enfurecido.
  - (D) Mesmo estando totalmente desprevenida, vou a Itália para rever minha família.
  - (E) Façam, por gentileza, os exercícios de 1 à 20 da apostila.

### **DIREITO ADMINISTRATIVO**

13. Sobre os princípios constitucionais do Direito Administrativo, assinale a alternativa correta.
- (A) A obediência aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência não se aplica à Administração Indireta.
  - (B) Todos têm o direito de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
  - (C) A duração razoável do processo não é garantia expressamente prevista na Constituição Federal para o âmbito administrativo.
  - (D) A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o quarto grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos Poderes da União, Estados, do Distrito Federal e dos Municípios viola a Constituição Federal, exceto quando resultante de designações recíprocas.
  - (E) Os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade em hipótese alguma podem servir de base para o controle judicial de decisões discricionárias sob pena de incursão no mérito dos atos administrativos.

14. A respeito dos serviços públicos, analise as assertivas abaixo.
- I. O serviço de iluminação pública é considerado pela doutrina e jurisprudência como facultativo e divisível, por isso, podendo ser remunerado mediante taxa.
  - II. É legítima a cobrança da tarifa de água fixada de acordo com as categorias de usuários e as faixas de consumo.
  - III. O serviço de telefonia é facultativo e divisível, mas o Superior Tribunal de Justiça já entendeu que a assinatura mensal pelo uso de serviços de telefonia fixa é legítima.
  - IV. São princípios específicos da prestação de serviços públicos a generalidade, a continuidade e a modicidade.
- É correto o que se afirma em
- (A) I, II e III, apenas.
  - (B) III e IV, apenas.
  - (C) II, III e IV, apenas.
  - (D) I, II e IV, apenas.
  - (E) I, II, III e IV.
15. A estrutura da Administração Pública Federal foi prevista no Decreto-Lei federal nº 200 de 25 de fevereiro de 1967. Sendo assim, analise os conceitos abaixo referentes a cada modalidade organizativa descentralizada contida no artigo 5º daquele dispositivo legal e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta, respectivamente, a pessoa jurídica a qual se referem.
1. Entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e capital exclusivo da União, criada por lei para a exploração de atividade econômica que o Governo seja levado a exercer por força de contingência ou de conveniência administrativa, podendo revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito.
  2. Entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei para exploração de atividade econômica, sob forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União ou à entidade da Administração Indireta.
- (A) 1. Autarquia; 2. Fundação Pública.
  - (B) 1. Empresa Pública; 2. Autarquia.
  - (C) 1. Empresa Pública; 2. Sociedade de Economia Mista.
  - (D) 1. Sociedade de Economia Mista; 2. Empresa Pública.
  - (E) 1. Sociedade de Economia Mista; 2. Autarquia.
16. Assinale a alternativa correta conforme a disciplina dos agentes públicos no ordenamento pátrio.
- (A) A Emenda Constitucional 19/98, que alterou o artigo 41 da CF, elevou para 3 (três) anos o prazo para aquisição da estabilidade no serviço público e, por interpretação lógica, o prazo do estágio probatório.
  - (B) As funções de confiança são preenchidas por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos exigidos em lei, enquanto os cargos de comissão são exercidos exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo.
  - (C) Nem toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido, será considerado inconstitucional.
  - (D) A proibição de acumulação remunerada de cargos públicos não se estende a empregos e funções públicas.
  - (E) Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.

17. São direitos sociais do servidor público, previstos expressamente na Constituição Federal, os seguintes, **exceto**:
- (A) o reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho.
  - (B) a garantia de salário nunca inferior ao mínimo para os que percebem remuneração variável.
  - (C) a duração do trabalho normal não superior a 8 (oito) horas diárias e 44 (quarenta e quatro) horas semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.
  - (D) a licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário.
  - (E) o salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei.
18. Correlacione a conduta (Coluna A) à respectiva espécie de ato de improbidade (Coluna B) e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

**Coluna A**

1. Adquirir, para si ou para outrem, no exercício de mandato, cargo, emprego ou função pública, bens de qualquer natureza cujo valor seja desproporcional à evolução do patrimônio ou à renda do agente público.
2. Frustrar a licitude de concurso público.
3. Realizar operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares ou aceitar garantia insuficiente ou inidônea.

**Coluna B**

- ( ) Ato de improbidade administrativa que importa em enriquecimento ilícito.
- ( ) Ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário.
- ( ) Ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública.

- (A) 1/ 2/ 3
- (B) 2/ 3/ 1
- (C) 3/ 2/ 1
- (D) 1/ 3/ 2
- (E) 2/ 1/ 3

19. Sobre a Lei de Improbidade Administrativa, analise as assertivas abaixo.

- I. A aplicação das sanções previstas na lei de improbidade administrativa dependem da aprovação ou rejeição das contas pelo órgão de controle interno ou pelo Tribunal ou Conselho de Contas.
- II. As ações destinadas a levar a efeito as sanções previstas na lei de improbidade administrativa podem ser propostas até 5 (cinco) anos após o término do exercício do mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança.
- III. A Fazenda Pública, quando for o caso, promoverá as ações necessárias à complementação do ressarcimento do patrimônio público.
- IV. Os atos de improbidade administrativa que causam prejuízo ao erário podem ser praticados a título de dolo ou culpa.

É correto o que se afirma em

- (A) II e III, apenas.
- (B) II, III e IV, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

20. Em relação à Lei de Improbidade Administrativa, assinale a alternativa correta.
- (A) Os terceiros que não sejam servidores públicos, ainda que concorram para a prática do ato de improbidade administrativa, não estão sujeitos às penalidades da Lei de Improbidade Administrativa.
  - (B) Conforme o Supremo Tribunal Federal, a natureza jurídica do ilícito de improbidade administrativa é penal.
  - (C) Regra geral, aplica-se o princípio da independência de instâncias nos atos de improbidade administrativa de modo que as decisões nas esferas cível, penal e administrativa não se comunicam. Excepcionalmente, a esfera penal vinculará as esferas administrativa e civil quando restar provada a inexistência do fato ou que o réu não concorreu para a infração.
  - (D) É permitida a transação, acordo ou conciliação na ação ordinária de improbidade administrativa.
  - (E) Os atos de improbidade administrativa que importam em enriquecimento ilícito podem ser praticados a título de dolo ou culpa conforme entendimento jurisprudencial majoritário.
21. Acerca dos princípios legalmente previstos para o Procedimento Administrativo, assinale a alternativa correta.
- (A) Em regra, é permitida a renúncia total ou parcial de poderes ou competências.
  - (B) É vedada à Administração a recusa imotivada de recebimento de documentos, mas o servidor não possui obrigação legal de orientar o interessado quanto ao suprimento de eventuais falhas.
  - (C) Em âmbito administrativo é permitida aplicação retroativa de nova interpretação da norma administrativa.
  - (D) Na impulsão do processo administrativo, assim como no processo judicial, vigora o princípio da provocação.
  - (E) Proíbe-se a cobrança de despesas processuais, ressalvadas as previstas em lei.
22. Assinale a alternativa **incorreta** acerca das autarquias especiais.
- (A) As autarquias em regime especial são criadas por lei.
  - (B) As autarquias especiais poderão ser criadas no âmbito da União, Estados e Municípios.
  - (C) ANATEL e ANP são as únicas agências reguladoras constitucionalmente previstas.
  - (D) As autarquias especiais têm competência para regulamentar a execução dos serviços públicos baixando, inclusive, normas necessárias para tanto.
  - (E) Os dirigentes da autarquia especial poderão ser destituídos a qualquer tempo.
23. Assinale a alternativa que apresenta hipótese de licitação **dispensável**.
- (A) Contratação realizada por empresa pública ou sociedade de economia mista com suas subsidiárias e controladas, para a aquisição ou alienação de bens, prestação ou obtenção de serviços, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.
  - (B) Para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
  - (C) Aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes.
  - (D) Dação em pagamento.
  - (E) Venda a outro órgão ou entidade da Administração Pública, de qualquer esfera do governo.

24. Sobre os consórcios públicos, assinale a alternativa **incorreta**.
- (A) O consórcio público pode se constituir em associação pública ou pessoa jurídica de direito privado.
  - (B) Para cumprimento de seus objetivos, o consórcio poderá ser contratado pela administração direta ou indireta dos entes da federação consorciados, dispensada a licitação.
  - (C) O consórcio público será constituído por contrato cuja celebração dependerá de prévia subscrição do protocolo de intenções.
  - (D) É válida a cláusula do contrato de consórcio que preveja determinadas contribuições financeiras ou econômicas de ente da Federação ao consórcio público.
  - (E) Os entes da Federação consorciados ou com eles conveniados poderão ceder-lhes servidores na forma e nas condições da legislação de cada um.
25. Em relação aos consórcios públicos, marque V para verdadeiro ou F para falso e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.
- ( ) Os entes consorciados, isolados ou em conjunto, bem como o consórcio público, são partes legítimas para exigir o cumprimento das obrigações previstas no contrato de rateio.
  - ( ) A retirada ou extinção do consórcio público não prejudicará as obrigações já constituídas, inclusive os contratos de programa, cuja extinção dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas.
  - ( ) É permitida a aplicação dos recursos entregues por meio de contrato de rateio para atendimento de despesas genéricas, inclusive transferências ou operações de crédito.
  - ( ) No caso de se revestir de personalidade jurídica de direito privado, o consórcio público observará as normas de direito público no que concerne à realização de licitação, celebração de contratos, prestação de contas e admissão de pessoal, que será regido pela Consolidação das Leis do Trabalho.
- (A) V/ V/ V/ V
  - (B) V/ V/ F/ V
  - (C) F/ F/ F/ F
  - (D) V/ F/ F/ V
  - (E) V/ F/ F/ F
26. Assinale a alternativa que **não** apresenta um princípio básico da Administração Pública expressamente previsto na Constituição Federal.
- (A) Publicidade.
  - (B) Eficiência.
  - (C) Impessoalidade.
  - (D) Motivação.
  - (E) Legalidade.

## DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS

27. Em relação aos princípios de Direito Ambiental, analise as assertivas abaixo.

- I. Segundo o princípio do poluidor pagador, é dever do Estado criar instrumentos que beneficiem atividades dos particulares que venham a causar benefícios ambientais, ou seja, a pessoa que por sua conta cria mecanismos de proteção ambiental deverá ser recompensada.
- II. O princípio do usuário pagador determina a contribuição pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos como forma de externalizar os lucros decorrentes de atividades que se beneficiem dos recursos ambientais.
- III. O princípio do protetor recebedor impõe ao poluidor e ao predador a obrigação de recuperar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente.

É correto o que se afirma em

- (A) II e III, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) I, II e III.

28. Assinale a alternativa **incorreta** acerca da competência constitucional em matéria ambiental.

- (A) É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios legislar sobre águas.
- (B) Compete privativamente à União legislar sobre jazidas, minas, outros recursos minerais e metalurgia.
- (C) É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios proteger as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos.
- (D) É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas.
- (E) Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre responsabilidade por dano ao meio ambiente.

29. Leia o trecho abaixo e, em seguida, assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna.

O Estado de Santa Catarina editou o Código Florestal lançando mão da competência legislativa concorrente para legislar sobre florestas. Mas, o Ministério Público Federal ajuizou a Ação Declaratória de Inconstitucionalidade nº 4.552 afirmando, entre outras alegações, que o Código Florestal Estadual tratou, num modo inovador, das matas ciliares e das faixas marginais ao longo dos rios, cursos d'água, banhados e nascentes, reduzindo-as se comparadas às previsões editadas pela União ou por seus órgãos competentes. Os fundamentos da petição inicial giraram em torno de um importante **princípio** nos seguintes termos:

“O \_\_\_\_\_ pode ser visto como cláusula geral de proteção dos direitos fundamentais, aí inserido o direito ao meio ambiente, especializados pela legislação infraconstitucional, e que assume função de defesa para o cidadão frente ao Estado, também conhecido como cláusula (...). Tal como em um rondó, finalizamos lembrando, tal como já frisado já no início desta representação, que conquistas amadurecidas após décadas de lutas do ambientalismo brasileiro foram solapadas pela legislação estadual em comento”.

- (A) Princípio do controle do poluidor pelo Poder Público
- (B) Princípio do protetor recebedor
- (C) Princípio da preservação intergeracional
- (D) Princípio da vedação do retrocesso em matéria ambiental
- (E) Princípio da tríplice responsabilidade

30. Sobre a política nacional do meio ambiente, assinale a alternativa correta.

- (A) O Secretário do Meio Ambiente é, sem prejuízo de suas funções, o Presidente do Conama.
- (B) A servidão ambiental pode ser aplicada às áreas de preservação permanente e de reserva legal.
- (C) As ações de licenciamento, registro, autorizações, concessões e permissões relacionadas à fauna, à flora, e ao controle ambiental não são de competência exclusiva dos órgãos integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente.
- (D) A execução das garantias do poluidor impede a aplicação das obrigações de indenização e reparação de danos.
- (E) A Lei da Política Nacional do Meio Ambiente reconhece a legitimidade do Ministério Público para propor ação de reparação de responsabilidade civil por danos causados ao meio ambiente, mas não a ação de responsabilidade criminal por esses danos.

31. Assinale a alternativa que apresenta o órgão consultivo e deliberativo do Sistema Nacional do Meio Ambiente responsável por assessorar, estudar e propor ao Conselho de Governo, diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida.

- (A) IPHAN.
- (B) CONAMA.
- (C) Conselho de Governo.
- (D) IBAMA.
- (E) Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República.

32. Assinale a alternativa correta conforme a disciplina legal da Ação Civil Pública.

- (A) A Defensoria Pública não é legitimada para propor a ação civil pública.
- (B) Não será admitido litisconsórcio facultativo entre os Ministérios Públicos da União, do Distrito Federal e dos Estados na defesa dos interesses e direitos de que cuida a lei de ação civil pública.
- (C) Não será cabível ação civil pública para veicular pretensões que envolvam tributos, contribuições previdenciárias, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) ou outros fundos de natureza institucional cujos beneficiários podem ser individualmente determinados.
- (D) Somente o Ministério Público poderá tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial.
- (E) O Ministério Público não poderá intervir como fiscal da lei quando intervier no processo como parte.

33. Acerca da disciplina legal da ação popular, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) É legitimado para pleitear a anulação ou a declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio público qualquer cidadão.
- (B) É facultado a qualquer cidadão habilitar-se como litisconsorte ou assistente do autor da ação popular.
- (C) A sentença terá eficácia de coisa julgada *erga omnes*, exceto no caso de haver sido a ação julgada improcedente por deficiência de prova.
- (D) A ação popular prescreve em 5 (cinco) anos.
- (E) A sentença que concluir pela carência ou pela improcedência da ação não está sujeita ao duplo grau de jurisdição.

34. Em relação aos direitos fundamentais da criança e do adolescente, analise as assertivas abaixo.

- I. É obrigatória a vacinação das crianças nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias.
- II. Falta ou carência de recursos materiais constitui motivo suficiente para a perda ou suspensão do poder familiar.
- III. A aplicação das medidas de proteção às crianças e adolescentes é de responsabilidade primária e solidária das três esferas do governo, sem prejuízo da municipalização do atendimento e da possibilidade de execução de programas por entidades não governamentais.

É correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) I, II e III.

35. Sobre o Estatuto do Idoso, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) O envelhecimento é um direito personalíssimo, e a sua proteção, um direito social, nos termos da lei e da legislação vigente.
- (B) É vedada a discriminação do idoso nos planos de saúde pela cobrança de valores diferenciados em razão da idade.
- (C) A participação dos idosos em atividades culturais e de lazer será proporcionada mediante descontos de pelo menos 50% (cinquenta por cento) nos ingressos para eventos artísticos, culturais, esportivos e de lazer, bem como o acesso preferencial aos respectivos locais.
- (D) O Poder Público apoiará a criação de universidade aberta para as pessoas idosas e incentivará a publicação de livros e periódicos, de conteúdo e padrão editorial adequados ao idoso, que facilitem a leitura, considerada a natural redução da capacidade visual.
- (E) Aos maiores de 60 (sessenta) anos, é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos.

36. Assinale a alternativa correta de acordo com o Código de Defesa do Consumidor.

- (A) É direito básico do consumidor a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, em todos os casos.
- (B) Sempre que tiverem conhecimento de periculosidade de produtos ou serviços à saúde ou segurança dos consumidores, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão informá-los a respeito.
- (C) O produto é considerado defeituoso pelo fato de outro de melhor qualidade ter sido colocado no mercado.
- (D) A responsabilidade pessoal dos profissionais liberais será apurada independentemente da existência de culpa.
- (E) A ignorância do fornecedor sobre os vícios de qualidade por inadequação dos produtos e serviços o exime de responsabilidade.

37. Assinale a alternativa que apresenta o prazo previsto no Código de Defesa do consumidor para exercer o *direito de reclamar* pelos vícios aparentes ou de fácil constatação dos produtos não duráveis.

- (A) 30 (trinta) dias.
- (B) 90 (noventa) dias.
- (C) 60 (sessenta) dias.
- (D) 180 (cento e oitenta) dias.
- (E) 7 (sete) dias.

38. Assinale a assertiva **incorreta** acerca das disposições sobre oferta e publicidade no Código de Defesa do Consumidor.

- (A) Os fabricantes e importadores deverão assegurar a oferta de componentes e peças de reposição enquanto não cessar a fabricação ou importação do produto.
- (B) É proibida a publicidade de bens e serviços por telefone, quando a chamada for onerosa ao consumidor que a origina.
- (C) É abusiva a publicidade que explore a superstição.
- (D) O ônus da prova da veracidade e correção da informação ou comunicação publicitária cabe ao consumidor que alega.
- (E) É abusiva a publicidade capaz de induzir o consumidor a se comportar de forma prejudicial ou perigosa à sua saúde ou segurança.

## DIREITO DO TRABALHO E PREVIDENCIÁRIO

39. Conforme as súmulas e orientações jurisprudenciais do Tribunal Superior do Trabalho, analise as assertivas abaixo.

- I. Não serão convalidados os efeitos do contrato de trabalho que, considerado nulo por ausência de concurso público, quando celebrado originalmente com ente da Administração Pública Indireta, continua a existir após a sua privatização.
- II. É válida a penhora de bens de pessoa jurídica de direito privado, realizada anteriormente à sucessão pela União ou por Estado-membro, não podendo a execução prosseguir mediante precatório.
- III. É devida contribuição previdenciária sobre o valor do acordo celebrado e homologado após o trânsito em julgado de decisão judicial, respeitada a proporcionalidade de valores entre as parcelas de natureza salarial e indenizatória deferidas na decisão condenatória e as parcelas objeto de acordo.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) I e II, apenas.
- (E) III, apenas.

40. Assinale a alternativa correta acerca da alteração do contrato de trabalho.

- (A) Considera-se alteração unilateral a determinação do empregador para que o respectivo empregado reverta ao cargo efetivo, anteriormente ocupado, deixando o exercício de função de confiança.
- (B) Nos contratos individuais de trabalho, só é lícita a alteração das respectivas condições por mútuo consentimento, e, ainda assim, desde que não resultem, direta ou indiretamente, prejuízos ao empregado, sob pena de nulidade da cláusula infringente desta garantia.
- (C) As cláusulas regulamentares, que revoguem ou alterem vantagens deferidas anteriormente, atingirão os trabalhadores admitidos antes ou após a revogação ou alteração do regulamento.
- (D) As condições de trabalho alcançadas por força de sentença normativa, convenção ou acordo coletivos vigoram por prazo indeterminado e integram, de forma definitiva, os contratos individuais de trabalho.
- (E) Ao empregador, é permitido transferir o empregado, sem a sua anuência, para localidade diversa da que resultar do contrato, considerando-se transferência a que não acarretar necessariamente a mudança do seu domicílio.

41. São características da relação de emprego, **exceto**:

- (A) habitualidade.
- (B) pessoalidade.
- (C) onerosidade.
- (D) exclusividade.
- (E) subordinação.

42. Em relação à terceirização no serviço público e os contratos de trabalho, conforme entendimento do Tribunal Superior do Trabalho, analise as assertivas abaixo.

- I. A contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador de serviços, salvo no caso de trabalho temporário.
- II. A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, gera vínculo de emprego com os órgãos da Administração Pública direta, indireta ou fundacional.
- III. Os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem solidariamente, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei nº 8.666/93, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa contratada.

É correto o que se afirma em

- (A) I e III, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) I, II e III.

43. Assinale a alternativa que apresenta a pessoa jurídica que possa ter demanda submetida ao procedimento sumaríssimo.

- (A) Autarquia.
- (B) Fundação pública.
- (C) Prefeituras.
- (D) Agências reguladoras.
- (E) Empresa Pública.

44. Em relação à disciplina dos empregadores na Consolidação das Leis do Trabalho e entendimentos do Tribunal Superior do Trabalho, analise as assertivas abaixo.

- I. A prestação de serviços a mais de uma empresa do mesmo grupo econômico, durante a mesma jornada de trabalho, não caracteriza coexistência de mais de um contrato de trabalho, salvo ajuste em contrário.
- II. Equipara-se ao empregador, para os efeitos exclusivos da relação de emprego, os profissionais liberais, as instituições de beneficência, as associações recreativas ou outras instituições sem fins lucrativos, que admitem trabalhadores como empregados.
- III. Sempre que uma ou mais empresas, tendo, embora cada uma delas, personalidade jurídica própria, estiverem sob direção, controle ou administração de outra, constituindo grupo industrial, comercial ou de qualquer outra atividade econômica, serão, para os efeitos da relação de emprego, solidariamente responsáveis a empresa principal e cada uma das subordinadas.

É correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

45. Acerca das características do contrato de trabalho, assinale a alternativa **incorreta**.
- (A) É possível a ocorrência de contrato de trabalho tácito quando a prestação de serviços pelo obreiro iniciar-se sem oposição do empregador.
  - (B) Em função do princípio da continuidade da relação de emprego, a regra é de que os contratos de trabalho sejam pactuados por prazo indeterminado e somente por exceção se admite o contrato a termo.
  - (C) Qualquer que seja o ramo de atividade da sociedade cooperativa, existe vínculo empregatício entre ela e seus associados.
  - (D) O contrato individual de trabalho poderá ser acordado verbalmente ou por escrito.
  - (E) Considera-se como de prazo determinado o contrato de trabalho cuja vigência dependa de termo prefixado.
46. Assinale a alternativa que **não** apresenta um objetivo constitucional específico da seguridade social.
- (A) Diversidade da base de financiamento.
  - (B) Equidade na forma de participação no custeio.
  - (C) Erradicação da pobreza e da marginalização e redução das desigualdades sociais e regionais.
  - (D) Universalidade da cobertura e do atendimento.
  - (E) Caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite.
47. Conforme a disciplina da remuneração da Consolidação das Leis do Trabalho, assinale a alternativa correta.
- (A) As gorjetas, cobradas pelo empregador na nota de serviço ou oferecidas espontaneamente pelos clientes, integram a remuneração do empregado, servindo de base de cálculo para as parcelas de aviso-prévio, adicional noturno, horas extras e repouso semanal remunerado.
  - (B) O cigarro poderá ser considerado salário utilidade.
  - (C) Compreendem-se na remuneração do empregado, para todos os efeitos legais, além do salário devido e pago diretamente pelo empregador, como contraprestação do serviço, as gorjetas que receber.
  - (D) O veículo fornecido pelo empregador ao empregado, quando indispensável para a realização do trabalho, têm natureza salarial.
  - (E) O pagamento, em espécie, do salário poderá ser pago em moeda estrangeira.
48. Assinale a alternativa correta em relação ao regime próprio de previdência social dos servidores públicos.
- (A) Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.
  - (B) É permitida percepção de mais de uma aposentadoria à conta do regime de previdência próprio dos servidores públicos.
  - (C) A lei poderá estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício.
  - (D) Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre-nomeação e exoneração bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime geral de previdência social.
  - (E) É permitida a existência de mais de um regime próprio de previdência social para os servidores civis titulares de cargos efetivos, e de mais de uma unidade gestora do respectivo regime em cada ente estatal.

## DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

49. Quando João de Barro, servidor público municipal, em razão da função pública por ele exercida, exige para si, diretamente, vantagem indevida, está praticando crime de
- (A) corrupção ativa.
  - (B) concussão.
  - (C) peculato apropriação.
  - (D) corrupção passiva.
  - (E) tráfico de influência.
50. Assinale a alternativa **incorreta** conforme as disposições legais acerca da aplicação da lei penal.
- (A) O Código Penal Brasileiro adotou como tempo do crime a teoria da atividade segundo a qual se considera praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.
  - (B) Não há crime sem lei anterior que o defina e não há pena sem prévia cominação legal.
  - (C) A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.
  - (D) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução, os efeitos penais, administrativos e cíveis da sentença condenatória.
  - (E) O Código Penal Brasileiro adotou como lugar do crime a teoria da ubiquidade segundo a qual considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.
51. Sobre a disciplina do inquérito policial no Código de Processo Penal, assinale a alternativa **incorreta**.
- (A) O inquérito, nos crimes em que a ação pública depender de representação, não poderá sem ela ser iniciado.
  - (B) Do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito caberá recurso para o Chefe de Polícia.
  - (C) É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que documentados ou não em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.
  - (D) O prazo para conclusão do inquérito policial, tratando-se de réu que esteja solto, em regra, é de 30 (trinta) dias.
  - (E) O ofendido ou seu representante legal, e o indiciado poderão requerer qualquer diligência, que será realizada, ou não, a juízo da autoridade.
52. Tonico Júnior disfarçou-se de agente municipal de saúde a fim de adentrar na residência de Marizete, com o consentimento desta, e subtrair para si alguns pertences da residência. Nesse sentido, caso Tonico consiga subtrair algum dos bens pretendidos, é correto afirmar que Tonico Júnior
- (A) cometerá o crime de furto.
  - (B) cometerá o crime de estelionato.
  - (C) cometerá o crime de apropriação indébita.
  - (D) cometerá o crime de roubo.
  - (E) praticará conduta atípica.

53. Em relação à disciplina da Ação Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) A retratação da representação pode ser admitida em qualquer tempo, inclusive após o oferecimento da denúncia.
- (B) O direito de representação somente poderá ser exercido pessoalmente. Não se admitirá, em qualquer hipótese, que procurador com poderes especiais represente em nome de outrem.
- (C) Seja qual for o crime, quando praticado em detrimento de patrimônio ou interesse da União, Estado e Município, a ação penal será pública.
- (D) A queixa na ação penal privativa do ofendido não admitirá aditamento pelo Ministério Público.
- (E) O Ministério Público poderá desistir da ação penal a qualquer tempo.

54. Em relação aos crimes contra o patrimônio, analise as assertivas abaixo.

- I. Há crime de latrocínio quando o homicídio se consuma, ainda que não realize o agente a subtração dos bens da vítima.
- II. O sequestro relâmpago é tipificado como modalidade do crime de extorsão.
- III. As escusas absolutórias não podem ser aplicadas ao crime contra o patrimônio que tenha sido cometido mediante violência ou grave ameaça à pessoa.
- IV. É isento de pena quem comete crime de furto em prejuízo do cônjuge, na constância da sociedade conjugal, e esta imunidade se comunicará aos coautores.

É correto o que se afirma em

- (A) I, III e IV, apenas.
- (B) III e IV, apenas.
- (C) II, apenas.
- (D) I, II e III, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

### **DIREITO CONSTITUCIONAL**

55. Sobre a disciplina dos municípios na Constituição Federal, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) O Distrito Federal poderá ser dividido em Municípios.
- (B) É vedada a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais.
- (C) Os Territórios poderão ser divididos em Municípios.
- (D) Ao Distrito Federal, são atribuídas as competências legislativas reservadas aos Estados e Municípios.
- (E) Compete aos Municípios criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual.

56. Acerca do Poder Constituinte originário e derivado, analise as assertivas abaixo.

- I. Pode ocorrer mudança no sentido e conteúdo de uma Constituição sem alteração de seu texto e este fenômeno denomina-se mutação constitucional.
- II. Poder Constituinte Derivado Decorrente é o responsável pela elaboração ou reforma das Constituições Estaduais.
- III. O Poder Constituinte Originário é inicial, autônomo e incondicionado.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

57. Conforme as disposições constitucionais sobre criação e organização dos municípios, assinale a alternativa correta.

- (A) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios far-se-ão por lei federal.
- (B) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios dependem de consulta prévia, mediante referendo.
- (C) O desmembramento de Municípios deve envolver tanto a população do território a ser desmembrado quanto a do território remanescente. Tal situação é exigida também para o desmembramento de Estados conforme recente entendimento do Supremo Tribunal Federal.
- (D) Diferentemente da criação, incorporação, fusão e do desmembramento dos Estados, os Municípios não precisam realizar Estudos de Viabilidade para realização desses mesmos procedimentos.
- (E) Para criação, incorporação, fusão e desmembramento dos Municípios, é necessária a aprovação do Congresso Nacional por lei complementar.

58. Assinale a alternativa que apresenta o órgão específico responsável pela representação da União na execução da dívida ativa de natureza tributária conforme a Constituição Federal.

- (A) Ministério Público Federal.
- (B) Advocacia-Geral da União.
- (C) Procuradoria-Geral da União.
- (D) Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.
- (E) Consultoria-Geral da União.

59. Assinale a alternativa correta acerca do regime jurídico dos servidores públicos civis na Constituição Federal.

- (A) Ao servidor ocupante exclusivamente de cargo em comissão, declarado em lei de livre-nomeação e exoneração, bem como de outro cargo temporário ou emprego público, aplica-se o regime próprio de previdência social.
- (B) São estáveis após 2 (dois) anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.
- (C) A lei poderá estabelecer certas hipóteses de contagem fictícia de tempo de contribuição previdenciária dos servidores públicos.
- (D) Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicarão anualmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.
- (E) A remuneração dos servidores públicos organizados em carreira não poderá ser fixada em forma de subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

60. Sobre as competências previstas na Constituição Federal no âmbito do Poder Legislativo e Executivo, assinale a alternativa **incorreta**.
- (A) Compete ao Congresso Nacional a criação e extinção de cargos, empregos e funções públicas.
  - (B) Compete privativamente ao Presidente da República dispor sobre a organização e funcionamento da administração federal quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos.
  - (C) Compete privativamente ao Presidente da República dispor sobre extinção de funções ou cargos públicos quando vagos.
  - (D) Compete ao Congresso Nacional a criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública.
  - (E) Os cargos públicos são criados, obrigatoriamente, por lei e não poderão, em nenhuma hipótese, ser extintos mediante decreto sob pena de afronta ao princípio da simetria das formas.
61. **Não** pode propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade o(a)
- (A) Presidente da República.
  - (B) Procurador-Geral da República.
  - (C) Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
  - (D) Mesa do Congresso Nacional.
  - (E) Governador de Estado ou do Distrito Federal.
62. Sobre as bases constitucionais do direito urbanístico, analise as assertivas abaixo.
- I. O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de 5 (cinco) mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.
  - II. A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.
  - III. Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião.
  - IV. Aquele que possuir como sua área urbana de até 250m<sup>2</sup> (duzentos e cinquenta metros quadrados), por 5 (cinco) anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-se para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, ainda que seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.
- É correto o que se afirma em
- (A) I, II e III, apenas.
  - (B) I e II, apenas.
  - (C) II e III, apenas.
  - (D) III, apenas.
  - (E) I, II, III e IV.
63. Assinale a alternativa que **não** apresenta um entendimento do Supremo Tribunal Federal acerca do mandado de segurança.
- (A) Não cabe mandado de segurança contra lei em tese.
  - (B) A existência de recurso administrativo com efeito suspensivo impede o uso do mandado de segurança contra omissão da autoridade.
  - (C) Mandado de segurança não é substitutivo de ação de cobrança.
  - (D) Não há direito líquido e certo, amparado pelo mandado de segurança, quando se escuda em lei cujos efeitos foram anulados por outra declarada constitucional pelo Supremo Tribunal Federal.
  - (E) Controvérsia sobre matéria de direito não impede concessão de mandado de segurança.

64. Assinale a alternativa correta acerca do controle de constitucionalidade das leis.
- (A) Em regra, a concessão de medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade não torna aplicável a legislação anterior acaso existente.
  - (B) Proposta a ação direta de inconstitucionalidade não se admitirá desistência.
  - (C) Será admitida arguição de descumprimento de preceito fundamental mesmo quando houver qualquer outro meio eficaz de sanar a lesividade.
  - (D) Será admitida intervenção de terceiros no processo de ação direta de inconstitucionalidade.
  - (E) Cabe apelação da decisão que indeferir a petição da ação direta de inconstitucionalidade.
65. Conforme o artigo 182, §4º da Constituição Federal, é facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento. Ante o exposto, assinale a alternativa que apresenta as medidas que **sucessivamente** atendam à referida finalidade.
- (A) 1. Parcelamento ou edificação compulsórios./ 2. Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo./ 3. Desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até 10 (dez) anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.
  - (B) 1. Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo./ 2. Desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até 10 (dez) anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais./ 3. Parcelamento ou edificação compulsórios.
  - (C) 1. Desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até 10 (dez) anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais./ 2. Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo./ 3. Parcelamento ou edificação compulsórios.
  - (D) 1. Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo./ 2. Parcelamento ou edificação compulsórios./ 3. Desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até 10 (dez) anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.
  - (E) 1. Parcelamento ou edificação compulsórios./ 2. Desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até 10 (dez) anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais./ 3. Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo.
66. Conforme a disciplina constitucional sobre seguridade social, assinale a alternativa correta.
- (A) O Brasil adotou *status* de Estado de Previdência, voltado apenas à proteção do trabalhador e não compreendendo no conceito de seguridade social os direitos à saúde e assistência social.
  - (B) A assistência social será prestada a quem dela necessitar, dependentemente de contribuição à seguridade social.
  - (C) A previdência social será organizada sob a forma de filiação obrigatória.
  - (D) Em regra, é permitido o aporte de recursos à entidade de previdência privada pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios e a contribuição destes poderá exceder a do segurado.
  - (E) Os ganhos habituais dos empregados, a qualquer título, não serão incorporados ao salário para efeito de contribuição previdenciária e conseqüente repercussão em benefícios, nos casos e na forma da lei.

67. Sobre o Poder Legislativo Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) A Mesa do Congresso Nacional será presidida pelo Presidente da Câmara dos Deputados.
- (B) Nenhuma unidade da Federação poderá ter menos de 8 (oito) ou mais de 70 (setenta) Deputados.
- (C) Os Deputados e Senadores desde a posse serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.
- (D) Ainda que ocorrida a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional poderão ser presos por crime afiançável.
- (E) Os Deputados e Senadores não poderão, desde a expedição do diploma, firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes.

68. Conforme as disposições constitucionais sobre o Poder Executivo, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) O Presidente da República e o Vice-Presidente tomarão posse em sessão do Congresso Nacional.
- (B) Se, decorridos 10 (dez) dias da data fixada para a posse, o Presidente ou o Vice-Presidente, salvo motivo de força maior não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.
- (C) Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente do Senado Federal, o Presidente da Câmara dos Deputados e o do Supremo Tribunal Federal.
- (D) Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, far-se-á eleição 90 (noventa) dias depois de aberta a última vaga.
- (E) O mandato do Presidente da República é de 4 (quatro) anos.

### **DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO**

69. Acerca dos aspectos gerais sobre Direito Tributário, analise as assertivas abaixo.

- I. Lei tributária pode nomear sujeito ativo diverso da pessoa que a expediu, atribuindo-lhe a disponibilidade dos recursos arrecadados para o implemento de seus objetivos. Tal fenômeno é denominado parafiscalidade.
- II. Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
- III. Segundo o princípio do *pecunia non olet*, é vedado aos entes tributantes cobrar tributo em relação a fatos geradores ocorridos antes da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado.
- IV. É constitucional a adoção no cálculo do valor da taxa de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, desde que não haja integral identidade entre uma base e outra.

É correto o que se afirma em

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I, II e IV, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I e IV, apenas.
- (E) II e III, apenas.

70. Sobre o posicionamento dos tribunais superiores acerca dos impostos sobre o patrimônio, assinale a alternativa **incorreta**.
- (A) As indenizações de férias proporcionais e o respectivo adicional estão isentos de Imposto de Renda.
  - (B) Segundo o Supremo Tribunal Federal, a República Federativa do Brasil, em decorrência de sua atuação no âmbito internacional, poderá dispor sobre a isenção de impostos de competência estadual através de tratados e convenções internacionais.
  - (C) A taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis é inconstitucional em face do artigo 145, II, da Constituição Federal.
  - (D) O serviço de iluminação pública não pode ser remunerado mediante taxa.
  - (E) Embora o Supremo Tribunal Federal tenha decidido pela constitucionalidade da instituição da Taxa de Fiscalização, de Localização e de Funcionamento, a Suprema Corte adota entendimento no sentido da inconstitucionalidade da cobrança de Taxa de Licença de Localização e de Funcionamento pelos municípios quando utilizado como base de cálculo o número de empregados.
71. Assinale a alternativa correta acerca dos tributos de competência municipal.
- (A) É constitucional a lei que estabelece alíquotas progressivas para o Imposto de Transmissão *inter vivos* de Bens Imóveis (ITBI) com base no valor venal do imóvel.
  - (B) É inconstitucional a lei municipal que tenha estabelecido, antes da Emenda Constitucional nº 29/00, alíquotas progressivas para o Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU), ainda que destinadas a assegurar o cumprimento da função social da propriedade urbana.
  - (C) É constitucional a taxa municipal de conservação de estradas de rodagem cuja base de cálculo seja idêntica à do Imposto Territorial Rural (ITR).
  - (D) Segundo jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, descabe a cobrança de Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) do concessionário em caso de concessão de uso de imóvel pertencente a ente público ainda que esteja presente a exploração de atividade comercial.
  - (E) O promitente comprador de imóvel residencial transcrito em nome de autarquia não é contribuinte do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU).
72. Sobre a contribuição de melhoria, assinale a alternativa correta.
- (A) A realização de obra pública é o fato gerador da contribuição de melhoria.
  - (B) É tributo de competência exclusiva dos municípios.
  - (C) O limite individual da contribuição de melhoria é o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.
  - (D) Os limites total e individual da contribuição de melhoria são constitucionalmente previstos.
  - (E) É possível cobrança de contribuição de melhoria sem ocorrência de valorização imobiliária.
73. Assinale a alternativa correta conforme disposto no Código Tributário Nacional.
- (A) É determinante para qualificação da natureza específica do tributo a denominação e demais características formais adotadas pela lei.
  - (B) A atribuição de arrecadar ou fiscalizar tributos é indelegável por uma pessoa jurídica de direito público a outra.
  - (C) Constitui delegação de competência o cometimento, a pessoas de direito privado, do encargo ou da função de arrecadar tributos.
  - (D) O não exercício da competência tributária não a defere a pessoa jurídica de direito público diversa daquela a que a Constituição a tenha atribuído.
  - (E) O conceito de preços de serviços públicos e o de taxas se confundem.

74. Sobre a disciplina da responsabilidade tributária dos sócios, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) O inadimplemento da obrigação tributária pela sociedade não gera, por si só, a responsabilidade solidária do sócio gerente.
- (B) Conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça, nos casos de não localização da empresa no endereço fornecido como domicílio fiscal, há presunção *iuris tantum* de dissolução irregular que possibilita redirecionamento da execução fiscal ao sócio gerente.
- (C) Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com este nos atos em que intervierem ou pelas omissões de que forem responsáveis os sócios, no caso de liquidação de sociedade de pessoas.
- (D) A responsabilidade de terceiros, disciplinada no Código Tributário Nacional, só se aplica, em matéria de penalidade, às de caráter moratório.
- (E) A responsabilidade por infrações da legislação tributária, salvo disposição em contrário, depende da intenção do agente ou do responsável.

75. Sobre o regime constitucional dos precatórios, assinale a alternativa correta.

- (A) A exceção prevista no artigo 100 da Constituição Federal, em favor dos créditos de natureza alimentícia, dispensa a expedição de precatório.
- (B) Os atos do presidente do tribunal que disponham sobre o processamento e pagamento de precatórios têm caráter jurisdicional.
- (C) Cabe recurso extraordinário contra decisão proferida no processamento de precatórios.
- (D) É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos, oriundos de sentenças transitadas em julgado constantes de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente.
- (E) O credor não poderá ceder, total ou parcialmente, seus créditos em precatórios a terceiro sem a concordância do devedor.

76. Acerca dos orçamentos públicos, analise as assertivas abaixo.

- I. O Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias e os Orçamentos Anuais são leis de iniciativa do Poder Executivo.
- II. Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de Lei Orçamentária Anual, ficarem sem despesas correspondentes, poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.
- III. Cabe à lei complementar dispor sobre o exercício financeiro.
- IV. Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos na Constituição Federal serão elaborados em consonância com o Plano Plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II, apenas.
- (D) I, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

77. Assinale a alternativa **incorreta** conforme disposto no Código Tributário Nacional.

- (A) A obrigação acessória, pelo simples fato de sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.
- (B) Sujeito ativo da obrigação tributária é a pessoa jurídica de direito público titular da competência para exigir seu cumprimento. Enquanto o sujeito passivo da obrigação tributária principal é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.
- (C) Salvo disposições de lei em contrário, as convenções particulares, relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos, poderão ser opostas à Fazenda Pública, para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes.
- (D) Salvo disposição de lei em contrário, a pessoa jurídica de direito público, que se constituir pelo desmembramento territorial de outra, sub-roga-se nos direitos desta, cuja legislação tributária aplicará até que entre em vigor a sua própria.
- (E) A autoridade administrativa pode recusar o domicílio eleito pelo contribuinte, quando impossibilite ou dificulte a arrecadação ou a fiscalização do tributo.

78. Quanto à disciplina do Crédito Tributário no Código Tributário Nacional, analise as assertivas abaixo.

- I. O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação tributária e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.
- II. A revisão do lançamento só pode ser iniciada enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública.
- III. A compensação suspende a exigibilidade do crédito tributário.

É correto o que se afirma em

- (A) I e III, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

### **DIREITO CIVIL E COMERCIAL**

79. Sobre as disposições gerais dos contratos no Código Civil, assinale a alternativa correta.

- (A) Quando houver no contrato de adesão cláusulas ambíguas ou contraditórias, dever-se-á adotar a interpretação mais favorável ao aderente.
- (B) Pode ser objeto de contrato a herança de pessoa viva.
- (C) Deixa de ser obrigatória a proposta se, feita sem prazo a pessoa presente, não foi imediatamente aceita. Para esse efeito, não é considerada presente a pessoa que contrata por telefone ou por meio de comunicação semelhante.
- (D) Aceitação fora do prazo não implica nova proposta.
- (E) Reputar-se-á celebrado o contrato no lugar da aceitação.

80. Assinale a alternativa correta em relação à Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.
- (A) Para qualificar os bens e regular as relações a eles concernentes, aplicar-se-á a lei do país em que estiverem domiciliados seus proprietários.
  - (B) O penhor regula-se pela lei do domicílio que tiver a pessoa, em cuja posse se encontre a coisa apenhada.
  - (C) A sucessão de bens de estrangeiros, situados no país, será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, ou de quem os represente, independentemente das vantagens que oferece a lei do país do *de cuius*.
  - (D) A obrigação resultante do contrato reputa-se constituída no lugar em que assinado.
  - (E) Aplicar-se-á a lei do país em que estiverem atualmente situados os bens móveis que se destinarem a transporte para outros lugares.
81. Segundo a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, assinale a alternativa **incorreta**.
- (A) Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.
  - (B) A lei nova que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes revoga e modifica a lei anterior.
  - (C) As correções a texto de lei já em vigor consideram-se lei nova.
  - (D) Ninguém se escusa de cumprir a lei alegando que não a conhece.
  - (E) Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.
82. Em relação à disciplina legal das pessoas jurídicas, assinale a alternativa que apresenta disposição correta.
- (A) Recentemente, a Lei nº 12.441/11 acrescentou nova modalidade de pessoa jurídica de direito privado denominada de empresa individual de responsabilidade limitada.
  - (B) É permitido ao Poder Público negar reconhecimento ou registro dos atos constitutivos e necessários ao funcionamento das organização religiosas.
  - (C) São pessoas jurídicas de direito público interno as autarquias, mas não as associações públicas.
  - (D) Os atos dos administradores, exercidos nos limites de seus poderes definidos no ato constitutivo, não obrigam a pessoa jurídica.
  - (E) São pessoas jurídicas de direito público interno as organizações religiosas e os partidos políticos.
83. Em relação aos direitos da personalidade, assinale a alternativa **incorreta**.
- (A) Sem autorização, não se pode usar o nome alheio em propaganda comercial.
  - (B) Salvo por exigência médica, é defeso o ato de disposição do próprio corpo quando importar em diminuição permanente da integridade física ou contrariar os bons costumes.
  - (C) Ninguém pode ser constrangido a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou à intervenção cirúrgica.
  - (D) A vida privada da pessoa natural é inviolável, e o juiz, a requerimento do interessado, adotará as providências necessárias para impedir ou fazer cessar ato contrário a essa norma.
  - (E) Não é válida, com objetivo científico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.

84. Em relação à disciplina legal sobre Organização Social de Interesse Público e Organização Social, analise as assertivas abaixo.

- I. É permitida a participação de servidores públicos na composição de conselho de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, permitida a remuneração ou subsídio a qualquer título.
- II. Perde-se a qualificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público a pedido ou mediante decisão proferida em processo administrativo ou judicial, de iniciativa popular ou do Ministério Público, no qual serão assegurados ampla defesa e o devido contraditório.
- III. O instrumento que forma a vinculação da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público com o Estado é o contrato de gestão.
- IV. A outorga de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público é ato vinculado.

É correto o que se afirma em

- (A) II e IV, apenas.
- (B) III e IV, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) I, II e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

85. Em relação à disciplina legal das organizações sociais, assinale a alternativa correta.

- (A) As organizações sociais são pessoas jurídicas de direito público.
- (B) As organizações sociais formam parceria com o Poder Público através do contrato de gestão.
- (C) A organização social poderá ser enquadrada como Organização Social de Interesse Público.
- (D) Ao contrário das Organização Sociais de Interesse Público, às organizações sociais não poderão ser destinados recursos orçamentários e bens públicos.
- (E) A qualificação de uma entidade como organização social é ato vinculado do Poder Público.

86. Assinale a alternativa **incorreta** acerca do empresário.

- (A) Antes do início de sua atividade, é obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de empresas mercantis da respectiva sede.
- (B) A pessoa legalmente impedida de exercer atividade própria de empresário, se a exercer, responderá pelas obrigações contraídas.
- (C) Poderá o incapaz, por meio de representante ou devidamente assistido, continuar a empresa antes exercida por ele enquanto capaz, por seus pais ou pelo autor da herança.
- (D) O empresário casado não poderá, sem a outorga conjugal, qualquer que seja o regime de bens, alienar os imóveis que integrem o patrimônio da empresa ou gravá-los de ônus real.
- (E) Em qualquer caso, a constituição do estabelecimento secundário deverá ser averbada no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede.

87. Sobre as sociedades em comum, marque V para verdadeiro ou F para falso e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- ( ) Todos os sócios da sociedade em comum respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais.
- ( ) Os bens sociais respondem pelos atos de gestão praticados por qualquer dos sócios, salvo pacto expresso limitativo de poderes, que somente terá eficácia contra terceiro que o conheça ou deva conhecer.
- ( ) Assim como os terceiros, os sócios, nas relações entre si ou com terceiros, podem provar a existência da sociedade de qualquer modo.
- ( ) Os bens e dívidas sociais constituem patrimônio especial, do qual os sócios são titulares em comum.

- (A) F/ V/ V/ V
- (B) F/ V/ F/ F
- (C) V/ F/ F/ V
- (D) V/ V/ F/ V
- (E) V/ F/ V/ F

88. Sobre a disciplina dos bens no Código Civil, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) Apesar de ainda não separados do bem principal, os frutos e produtos podem ser objeto de negócio jurídico.
- (B) Consideram-se pertenças os bens que, constituindo partes integrantes, se destinam de modo duradouro ao uso, serviço ou ao aformoseamento de outro.
- (C) Os bens naturalmente divisíveis podem tornar-se indivisíveis por determinação da lei ou por vontade das partes.
- (D) Constitui universalidade de fato a pluralidade de bens singulares que, pertinentes à mesma pessoa, tenham destinação unitária.
- (E) Os negócios jurídicos, que dizem respeito ao bem principal, não abrangem as pertenças, salvo se o contrário resultar da lei, da manifestação de vontade, ou das circunstâncias do caso.

### **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

89. Assinale a alternativa que apresenta o prazo previsto na Lei de Execução Fiscal para oferecimento de embargos do executado.

- (A) 10 (dez) dias.
- (B) 15 (quinze) dias.
- (C) 20 (vinte) dias.
- (D) 30 (trinta) dias.
- (E) 60 (sessenta) dias.

90. Conforme entendimento dos tribunais superiores, analise as assertivas abaixo.

- I. Em execução fiscal, a prescrição ocorrida antes da propositura da ação pode ser decretada de ofício.
- II. Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição quinquenal intercorrente.
- III. É obrigatória a intervenção do Ministério Público na Execução Fiscal.
- IV. Na execução fiscal, processada perante a Justiça Estadual, cumpre à Fazenda Pública antecipar o numerário destinado ao custeio das despesas com o transporte dos oficiais de justiça.

É correto o que se afirma em

- (A) III e IV, apenas.
- (B) I, II e IV, apenas.
- (C) I e IV, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) II e IV, apenas.

91. Conforme a disciplina legal das súmulas vinculantes, assinale a alternativa correta.

- (A) O Supremo Tribunal Federal não poderá, de ofício, editar enunciado de súmula vinculante, mas apenas mediante provocação.
- (B) O município poderá propor, incidentalmente ao curso do processo em que seja parte, a edição, a revisão ou o cancelamento de enunciado de súmula vinculante, o que não autoriza a suspensão do processo.
- (C) A proposta de edição, revisão ou cancelamento de enunciado de súmula vinculante autoriza a suspensão dos processos em que se discuta a mesma questão.
- (D) O procedimento de edição, revisão ou cancelamento de enunciado de súmula com efeito vinculante obedecerá, subsidiariamente, ao disposto no Código de Processo Civil.
- (E) Cabe agravo de instrumento da decisão do relator que admite manifestação de terceiros na questão envolvida no procedimento de edição, revisão ou cancelamento de enunciado de súmula vinculante.

92. Assinale a alternativa correta quanto aos atos processuais.

- (A) Atos meramente ordinatórios dependem de despacho do juiz.
- (B) É permitido lançar nos autos cotas marginais ou interlineares.
- (C) A desistência da ação só produzirá efeito depois de homologada por sentença.
- (D) É permitido o uso de abreviaturas.
- (E) Ainda que expressamente ressalvados, não se admitem nos atos e termos espaços em branco, bem como entrelinhas, emendas ou rasuras.

93. Sobre a influência do tempo nos atos processuais, marque V para verdadeiro ou F para falso e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- ( ) Para efeito forense, os domingos são considerados feriados.
- ( ) A citação e a penhora poderão, em casos excepcionais, e mediante autorização expressa do juiz, realizar-se em domingos e feriados, ou nos dias úteis, fora do horário estabelecido pelo Código de Processo Civil.
- ( ) As partes podem convencionar a redução ou prorrogação de qualquer prazo processual.
- ( ) Computar-se-á em dobro o prazo para contestar e em quádruplo para recorrer quando a parte for Fazenda Pública ou Ministério Público.

- (A) V/ V/ F/ F
- (B) V/ V/ F/ V
- (C) F/ F/ F/ F
- (D) V/ V/ V/ V
- (E) V/ F/ F/ F

94. Sobre as ações possessórias, analise as assertivas abaixo.

- I. É lícito ao autor cumular ao pedido possessório o de condenação em perdas e danos.
- II. Será deferida a posse a quem, evidentemente, tiver o domínio, se com base neste for ela disputada.
- III. Contra as pessoas jurídicas de direito público não será deferida a manutenção ou reintegração liminar sem prévia audiência dos respectivos representantes judiciais.

É correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I, II e III.

95. Assinale a alternativa **incorreta** quanto ao procedimento especial de nunciação de obra nova.

- (A) O Município poderá propor ação de nunciação obra nova a fim de impedir que o particular construa em contravenção da lei, do regulamento ou de postura.
- (B) Em caso de urgência, admite-se embargo extrajudicial do prejudicado, notificando verbalmente, perante 2 (duas) testemunhas, o proprietário ou, em sua falta, o construtor para não continuar a obra.
- (C) O proprietário terá prazo de 15 (quinze) dias para contestar a ação.
- (D) O pedido de prosseguimento da obra exige caução e demonstração do prejuízo resultante de sua suspensão.
- (E) Em nenhuma hipótese terá lugar o prosseguimento da obra nova quando levantada contra determinação legal de regulamentos administrativos.

96. Assinale a alternativa que apresenta entendimento que esteja em **desconformidade** com os tribunais superiores quanto à atuação das pessoas jurídicas de direito público no processo civil.
- (A) Compete à Justiça Federal decidir sobre a existência de interesse jurídico que justifique a presença, no processo, da União, suas autarquias ou empresas públicas.
  - (B) A Fazenda Pública tem prazo em quádruplo para interpor agravo regimental no Superior Tribunal de Justiça.
  - (C) Nas relações jurídicas de trato sucessivo em que a Fazenda Pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do quinquênio anterior à propositura da ação.
  - (D) Compete à Justiça Comum Estadual processar e julgar as causas cíveis em que é parte sociedade de economia mista.
  - (E) Prescreve em 20 (vinte) anos a ação para haver indenização, por responsabilidade civil, de sociedade de economia mista.
97. Assinale a alternativa que apresenta entendimento que esteja em conformidade com os tribunais superiores acerca da execução fiscal.
- (A) A desistência da execução fiscal, após o oferecimento de embargos, não obriga o exequente aos encargos da sucumbência.
  - (B) Na execução fiscal, é desnecessária a intimação pessoal do devedor sobre dia e hora da realização do leilão.
  - (C) Proposta a execução fiscal, a posterior mudança de domicílio do executado não desloca a competência já fixada.
  - (D) A citação por edital na execução fiscal não é cabível ainda que frustradas as demais modalidades.
  - (E) A exceção de pré-executividade é inadmissível na execução fiscal relativamente às matérias conhecíveis de ofício que não demandem dilação probatória.
98. Em relação aos atos processuais, assinale a alternativa **incorreta**.
- (A) Na ação de cobrança de dívida, o valor da causa será a soma do principal, da pena e dos juros vencidos até a propositura da ação.
  - (B) Salvo a causa que não tenha conteúdo econômico imediato, a todas as causas será atribuído um valor certo.
  - (C) Quando houver pedido subsidiário na petição inicial, o valor da causa será o valor do pedido principal.
  - (D) Na ação de divisão, de demarcação e de reivindicação, o valor da causa será a estimativa oficial para lançamento do imposto.
  - (E) A impugnação ao valor da causa será autuada em apenso.
99. Sobre os efeitos da revelia, analise as assertivas abaixo.
- I. A revelia não induz presunção de veracidade quando houver pluralidade de réus e algum deles contestar a ação.
  - II. Ainda que ocorra a revelia, o autor não poderá alterar o pedido, ou a causa de pedir, nem demandar declaração incidente, salvo promovendo nova citação do réu.
  - III. O revel pode intervir no processo em qualquer fase, recebendo-os no estado em que se encontrar.

É correto o que se afirma em

- (A) II e III, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I, II e III.

100. Assinale a alternativa que **não** apresenta um efeito da citação válida no Processo Civil.

- (A) Previne o juízo.
- (B) Induz litispendência.
- (C) Faz litigiosa a coisa.
- (D) Constitui em mora o devedor.
- (E) Suspende a prescrição.